

As contribuições da teoria do currículo para a reflexão curricular do ensino de história

The contributions of curriculum theory to curricular reflection in history teaching

Los aportes de la teoría curricular a la reflexión curricular en la enseñanza de la historia

Leonardo Augusto dos Santos Costa¹

Resumo

O presente trabalho propõe um panorama geral e análise sobre a trajetória do currículo de História no Brasil, desde seus primórdios até a contemporaneidade, com foco na influência da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A disciplina de História desempenha um papel crucial na legitimação de discursos, na formação de identidades e na configuração de mentalidades, se configurando como um foco nas disputas de poder na construção de um parâmetro curricular. A análise comparativa entre os momentos iniciais de um (“proto”) currículo brasileiro de História e sua configuração atual, guiada pelos princípios da BNCC, utiliza conceitos da teoria do currículo, destacando correntes tradicionais, críticas e pós-críticas, enfatizando a importância do discurso, do poder e da identidade na formulação curricular. Primeiramente será feita uma reflexão sobre os embates iniciais presentes nas primeiras tentativas de configuração curricular no Brasil, com foco nas disputas entre abordagens como a História Sagrada e a História laica, evidenciando o papel do discurso dominante na instrumentalização do ensino de História. Em seguida se estabelecerá uma discussão sobre o estado atual do currículo de História, tendo como objeto de análise o processo de formulação e consolidação da BNCC concentrando-se nas mudanças e desafios contemporâneos, explorando a influência persistente do positivismo mnemônico no ensino de História e examinando as diferentes versões do documento até chegar em sua versão final. Destaca-se a importância das disputas políticas na configuração curricular, especialmente no contexto da BNCC, cujas versões passam por transformações significativas e contrastantes, evidenciando as complexidades na escolha de conteúdos históricos. Este estudo contribui para uma compreensão crítica da trajetória do currículo de História no Brasil, enfatizando a necessidade de considerar as influências do discurso, do poder e da identidade na formulação curricular, proporcionando questionamento e problematizações sobre o que está em jogo quando se formula um currículo, apresentando os desafios e oportunidades no cenário atual do ensino de História no país.

Palavras-Chave: Currículo. BNCC. História.

¹ Mestrando em Educação, Universidade Católica de Petrópolis, leo.hist.costa@gmail.com

Abstract

This paper proposes a general overview and analysis of the trajectory of the History curriculum in Brazil, from its origins to contemporary times, focusing on the influence of the National Common Curricular Base (“NCCB”- BNCC in Portuguese). The History subject plays a crucial role in legitimizing discourses, in the formation of identities and in the configuration of mentalities, thus configuring itself as a focus in power disputes in the construction of a curricular parameter. The comparative analysis between the initial moments of a (“proto”) Brazilian History curriculum and its current configuration, guided by the principles of the BNCC, uses concepts from curriculum theory, highlighting traditional, critical and post-critical approaches, emphasizing the importance of discourse, power and identity in curriculum formulation. Firstly, a reflection will be made on the initial clashes present in the first attempts at curricular configuration in Brazil, focusing on the disputes between approaches such as Sacred History and Secular History, demonstrating the role of the dominant discourse in the instrumentalization of History teaching. Afterwards, a discussion will be established on the current state of the History curriculum, with the object of analysis being the process of formulation and consolidation of the BNCC, focusing on contemporary changes and challenges, exploring the persistent influence of mnemonic positivism in History teaching and examining the different versions of the document until reaching its final version. The importance of political disputes in the curricular configuration stands out, especially in the context of the BNCC, whose versions went through significant and contrasting transformations, highlighting the complexities in the choice of historical content. This study contributes to a critical understanding of the trajectory of the History curriculum in Brazil, emphasizing the need to consider the influences of discourse, power and identity in curriculum formulation, providing questioning and problematization about what is at stake when formulating a curriculum, presenting the challenges and opportunities in the current scenario of History teaching in the country.

Key-words: Curriculum. BNCC. History.

Resumen

Este trabajo propone una visión general y un análisis de la trayectoria del currículo de Historia en Brasil, desde sus inicios hasta la época contemporánea, centrándose en la influencia de la Base Curricular Común Nacional (BNCC). La disciplina Historia juega un papel crucial en la legitimación de discursos, en la formación de identidades y en la configuración de mentalidades, configurándose como foco de disputas de poder en la construcción de un parámetro curricular. El análisis comparativo entre los momentos iniciales de un (“proto”) currículo de Historia Brasileña y su configuración actual, guiado por los principios del BNCC, utiliza conceptos de la teoría curricular, destacando corrientes tradicionales, críticas y poscríticas, enfatizando la importancia de Discurso, poder e identidad en la formulación curricular. En primer lugar, se hará una reflexión sobre los enfrentamientos iniciales presentes en los primeros intentos de configuración curricular en Brasil, centrándose en las disputas entre enfoques como la Historia Sagrada y la Historia Secular, destacando el papel del discurso dominante en la instrumentalización de la enseñanza de la Historia. Posteriormente, se establecerá una discusión sobre el estado actual del currículo de Historia, teniendo como objeto de análisis el proceso de formulación y consolidación del BNCC, centrándose en los cambios y desafíos contemporáneos, explorando la influencia persistente del positivismo mnemotécnico en la enseñanza de la Historia y examinando las diferentes versiones del documento hasta llegar a su versión final. Se destaca la importancia de las disputas políticas en la configuración curricular, especialmente en el contexto del BNCC, cuyas versiones sufren transformaciones significativas y contrastantes, destacando las complejidades en la elección de los contenidos históricos. Este estudio contribuye a una comprensión crítica de la trayectoria del currículo de Historia en Brasil, enfatizando la necesidad de considerar las influencias del discurso, el poder y la identidad en la formulación curricular, proporcionando cuestionamientos y problematización sobre lo que está en juego en la formulación de un currículo, presentando los desafíos y oportunidades en el escenario actual de la enseñanza de la Historia en el país.

Palabras-Clave: Currículo. BNCC. Historia.

INTRODUÇÃO

Desde que a História se formulou enquanto uma disciplina presente nas grades curriculares do Brasil e do mundo, questões são levantadas a respeito dos objetivos que são esperados dos alunos e que tipo de conhecimento é promovido pela disciplina. O ensino de História sempre teve um papel importante na legitimação de discursos, criação de mentalidades e formação de identidades, se tornando uma disciplina central dentro das problematizações do currículo. Portanto, a questão curricular da História se mostra fundamental para explicitar alguns conceitos presentes na teoria do currículo, dado que ela nos fornece ferramentas para analisar criticamente as relações de poder e os mecanismos que operam por trás das elaborações de sistemas curriculares. A problematização dos conteúdos escolhidos revela interesses e discursos que almejam ser concretizados. Partindo desta lógica, propõe-se um estudo introdutório sobre a trajetória do currículo de História brasileiro com o propósito de comparar aspectos gerais de seus momentos iniciais de formação com seu estado atual guiado pela BNCC, buscando aplicar conceitos e lógicas da teoria do currículo através do escopo do ensino de História no Brasil.

Resumir a trajetória curricular completa da disciplina de História no Brasil é uma tarefa fadada ao reducionismo e à simplificação de questões que possuem diversos fatores condicionantes. Cada período curricular brasileiro possui uma imensidade de questões que devem ser analisadas de forma profunda dentro de seus contextos e historicidades. O que é proposto por este texto é a exposição de algumas ideias da teoria do currículo que serão utilizadas como ferramentas de análise de certos preceitos gerais da história inicial e atual da discussão curricular da disciplina.

CONCEITOS E ASPECTOS GERAIS DA TEORIA DO CURRÍCULO

Esta seção pretende estipular alguns elementos básicos presentes nas diferentes teorias do currículo, com o propósito destes elementos serem aprofundados e contextualizados dentro da análise da trajetória do currículo de História brasileiro. Existem diversas abordagens na teoria do currículo que divergem entre si e proporcionam um campo complexo do conhecimento com diversas correntes de pensamento. No entanto, existe um fio condutor que guia o propósito de todas essas abordagens que é o questionamento sobre qual é/ como determinar o saber que deve ser ensinado (SILVA, 2016, p.14). Portanto, apesar de existirem diversas “escolas de

pensamento”, todas elas possuem o objetivo de estabelecer qual é o melhor caminho a ser seguido para se decidir quais conteúdos devem ser ensinados.

De maneira geral, as escolas de pensamento da teoria do currículo podem ser divididas em teorias tradicionais, críticas e pós-críticas (ou estruturais e pós-estruturais). Em resumo, nas teorias tradicionais, ensinar é atingir objetivos valorizando organização e eficiência, não possuindo uma visão crítica e sim tecnicista do currículo, procurando otimizá-lo ao invés de questioná-lo. A teoria crítica a educação significa favorecer emancipação, dando ênfase no papel da ideologia e da reprodução social de desigualdades dentro do sistema capitalista. A teoria pós crítica tem como objetivo da educação o respeito à alteridade, enfatizando a identidade levando em conta as influências do discurso e das relações de poder contidas no saber/conhecimento. Ela promove uma reflexão que vai além das questões estruturais econômicas, considerando as questões de gênero, etnia e do multiculturalismo (MENDES, 2020, p.111).

Apesar das teorias do currículo terem diversos e complexos conceitos fundamentais para a construção do campo, este trabalho tratará majoritariamente ao redor das concepções de discurso e como ele atua dentro das dinâmicas educacionais e curriculares, exercendo e explicitando relações de poder. Dentro do contexto de políticas educacionais e curriculares, os discursos são específicos e são utilizados para construí-las. O discurso é um instrumento de poder que articula os interesses dominantes que é capaz de gerar mentalidades, possibilidades de pensamento, ideologias ao estimular certas práticas e exclui outras. Através da manipulação de palavras, o discurso exerce seu poder nas criações de sentido e mascara suas operações por meio de sua aparente sutileza:

Discursos são sobre o que pode ser dito e pensado, mas também sobre quem pode falar, quando, onde e com que autoridade. Discursos incorporam o significado e o uso de proposições e palavras. Dessa forma, certas possibilidades de pensamento são construídas. Palavras são ordenadas e combinadas em formas particulares e outras combinações são deslocadas ou excluídas. “O discurso pode parecer pouco importante” diz Foucault, “mas as proibições às quais ele está sujeito revelam facilmente seus vínculos com desejo e poder” (1971, p. 11-12). Discursos então sustentam ou privilegiam certas relações e tipos de interação, certas formas e práticas organizacionais, certas formas de auto-percepção e autoapresentação e, ao mesmo tempo, excluem outras. (FOUCAULT, 1971 APUD BALL, MAINARDES, 2011, p.176).

A construção curricular não possui uma natureza neutra, ela pressupõe interesses, disputas e discursos que direcionam o rumos da educação para um caminho intencional. Portanto se mostra necessário levar este fator em consideração quando se analisa o currículo, pois o discurso não exerce seu poder somente no ato de determinar os conhecimentos que devem ser ensinados ou não e sim, também, no ato de delimitar o que se configura como conhecimento ou não. O movimento em relação a uma especialidade não é apenas um processo de disputa epistemológica, mas sim de uma vinculação de uma episteme a determinadas ações de poder. A competição por determinados tipos de concepção de conhecimento em uma comunidade é relacionada e condicionada por questões e tensões inerentes a constituição da própria comunidade (BALL, MAINARDES, 2011, p.265).

As relações de poder, questões culturais, étnicas e de gênero, a influência e contexto econômico, o discurso, os interesses e disputas, são todos fatores que atuam por trás da confecção do currículo. Por conta disso, o processo curricular deve ser desnaturalizado e analisado através de um olhar crítico que busca entender as intencionalidades e contextos que direcionam os rumos do currículo. Essas noções são fundamentais principalmente na análise do currículo de História.

OS PRIMEIROS PASSOS DO CURRÍCULO DE HISTÓRIA NO BRASIL

Após o estabelecimento do Estado Nacional, os primeiros momentos que configuraram o cenário curricular formalmente dito são marcados por um ambiente de disputa entre duas abordagens do ensino de História: A História Sagrada e a História laica ou profana. Ambas disputavam um ambiente de influência e procuravam atingir seus objetivos por meio dos discursos que defendiam. Enquanto uma defendia os ensinamentos cristãos para reafirmar a influência (que já era proeminente) da Igreja Católica no Brasil, a outra procurava inserir uma mentalidade positivista europeia que era atrelada à uma visão de progresso da civilização e dos avanços do modo de produção capitalista (BITTENCOURT, 1993, p.194).

O pensamento de uma formalização curricular do ensino de História se dá após a constituição de 1824, nos quais os primeiros vagos conteúdos a serem abordados eram sobre a Constituição do Império e a História do Brasil. Em 1837, com o estabelecimento do primeiro colégio público (que era somente acessível a uma camada privilegiada brasileira pois era pago) de nível secundário no Brasil, Colégio Pedro II,

inclui-se a História como disciplina obrigatória (Idem, p.195). Dentro deste contexto, a História Geral e a Sagrada disputavam espaço em uma sociedade que estava em processo de mudança no qual se alinhava mais com a visão profana cientificista, mas que ao mesmo tempo não queria se desvencilhar dos fundamentos cristãos.

Enquanto a História Geral se alinhava como uma formação de um tipo específico de cidadão inserido em um novo contexto nacional e econômico, a História Sagrada tinha objetivos claros de formação moral através de uma cronologia histórica:

A História Sagrada possuía, diferentemente da História profana, objetivos delimitados com bastante precisão podendo ser definida como o conjunto de acontecimentos de ordem histórica contidos na Bíblia, reunindo narrações do Antigo e do Novo Testamento de uma maneira coerente e paranética, ou seja, para fins de exortação moral. A cultura histórica acessível à maioria da população era marcada pelos ensinamentos da História Sagrada, fornecedora de lendas, de dramas e epopeias com heróis que se difundiam pelas festas e cerimônias religiosas. (Idem, p.200).

A valorização escolar se dava pelo caráter de ilustração que ela proporcionava perante os olhares das camadas privilegiadas da sociedade que planejavam manter sua influência e relevância. Uma das formas de se observar a educação como um meio de instruir esta camada da população com o objetivo de manutenção de privilégios é através da constituição das disciplinas das humanidades: Educação cívica, Economia Política, História Geral e da Pátria e Noções de Escrituração Mercantil (Idem, p.198). Desta forma, a visão de mundo contemplada por estas disciplinas era uma que visava introduzir e identificar os jovens dessa camada social com o mundo civilizado moderno capitalista (Idem, p.208).

Com o passar do tempo nota-se uma transição gradual da História enquanto um pretexto para o ensino religioso e do latim para uma disciplina formalmente formada e independente. A História, portanto, foi se distanciando do aspecto religioso e de ter a responsabilidade de formar um seguidor da moral cristã para ter que formar politicamente um cidadão nacional. A partir deste distanciamento, nota-se o emprego do ensino de História com o objetivo de formar uma identidade nacional (Idem, p.199). Desta forma a educação histórica é instrumentalizada para a criação de uma identidade que se forme através do enaltecimento da pátria e da criação de heróis nacionais (BITTENCOURT, 2018, p.137). Grande parte do conhecimento histórico ensinado e produzido nesta época possuía a intenção da criação desta identidade, dado que os

membros do IHGB (único polo de estudos histórico da época) produziam e eram professores dessa História nacional dentro do Colégio Pedro II (Idem, p.134).

O quadro geral do currículo de História dentro deste recorte inicial da formulação de um currículo de História no Brasil do século XIX demonstra uma trajetória do distanciamento do ensino de História religioso e a aproximação de um ensino civilizador nacional mais alinhado com a tendência do positivismo científico (BITTENCOURT, 2018, p.127). O que se demonstra através deste cenário é que o ensino e o currículo de História passam da instrumentalização de um discurso dominante para outro, servindo propósitos e interesses que buscam resguardar seus privilégios dentro da sociedade através da legitimação das suas visões por meio das lógicas históricas. Essa busca por legitimação não se dá apenas nas relações do poder contidas na busca por influência, se trata também como uma disputa pelo estabelecimento de uma episteme, configurando uma transição do conhecimento religioso para o científico dentro do modo de ensinar História.

A BNCC E O ESTADO ATUAL DO CURRÍCULO DE HISTÓRIA

O ensino de História sofre com o estigma do seus métodos tradicionais de ensino que são reflexos da composição curricular que os guiam desde sua formação (RICON, 2020). Isso se dá através da consolidação de um método mnemônico com foco em transmissão de conteúdos descontextualizados postos em ordem cronológica:

[..] esta interpretação idealiza um passado configurado de maneira linear e perfeita, seguindo uma cronologia de causalidades ininterruptas até o presente. Dessa forma, sugere que esse tipo de narrativa historicista, caracterizada por uma estrutura causal, linear e progressiva, serve aos interesses da classe dominante que triunfou no passado e, sem alterações – inclusive no ensino de história –, continua a prevalecer no presente. [...] as historiografias historicistas sempre direcionam seu foco para os vencedores, relegando aos vencidos, quando mencionados, um papel secundário mínimo em uma narrativa heroica construída pelos próprios vencedores. Assim sendo, esses vencedores triunfaram no passado por meio de ações opressoras e continuam a vencer no presente através da narração historiográfica conservadora (RICON, p.3, 2021).

A trajetória do ensino de História e seu currículo ao longo de sua contemporaneidade se deu através de avanços e retrocessos em relação ao processo de desvencilhar-se deste retrato. Os aspectos eurocêntricos, acríticos e conteudistas do currículo são questões curriculares e pedagógicas que enfrentam resistência de

especialistas na área, porém, apesar de algumas mudanças ao longo dos anos, esse estigma ainda persiste e se mostra como uma realidade a ser enfrentada (ou reforçada) por novas formulações curriculares.

Além disso, os currículos, as políticas e realidades educacionais estão rodeadas por uma arena de disputas que buscam estabelecer discursos que favoreçam seus interesses que, por muitas vezes serve para servir um discurso dominante. No mundo contemporâneo esse discurso dominante tem sido protagonizado pela figura do neoliberalismo e seu derivados, gerando um modelo de mentalidade que visa a educação como um meio técnico de formação para o mercado de trabalho ((BALL, MAINARDES, 2011, p.270). Essa concepção remonta à uma visão tradicional das teorias do currículo que não persegue a formação de um pensamento crítico, mas de uma formação voltada ao desenvolvimento de competências e aos parâmetros economicamente estabelecidos.

Este panorama nos traz para o estado curricular da disciplina de História dentro do contexto atual brasileiro. O modelo normativo que guia as diretrizes que regem o currículo nacional é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, o processo de confecção desta base foi marcado por intensas disputas políticas em relação ao currículo de História. O documento teve três versões, cada uma trazendo uma abordagem curricular diferente para a História. Por mais que a terceira versão, oficializada em 2017, seja a que está em vigor, os propósitos de discussão curricular deste trabalho fazem com que seja relevante a explicação do caminho das primeiras duas versões até chegarem à sua versão final (PEREIRA, 2018, p.1). Pois ao fazer esta análise podemos utilizar a teoria do currículo para tentar entender os discursos que foram priorizados em detrimentos de outros e quais objetivos esses discursos querem atingir.

Uma das questões fundamentais a respeito do currículo de História na BNCC era sobre quais histórias seriam contempladas. Isto acabou gerando complexas disputas, destacando a necessidade de participação de pesquisadores, professores, estudantes e outros setores da sociedade na discussão, a fim de garantir conquistas para os currículos de História em termos de narrativas, seleções e recortes. A importância de uma boa formulação curricular da disciplina se mostra fundamental para o processo educacional do aluno de história dado que:

O currículo de história é um produto de escolhas que estabelece um modo de recortar e contar o passado, de criar referências ao presente e estabelecer o que deve se tornar uma memória, compondo, conseqüentemente, uma base para a identidade de todos os brasileiros (Idem, p.2)

A primeira versão envolveu 12 professores especializados em História e ensino de História levando em consideração as principais concepções teóricas, historiográficas e metodológicas defendidas pelos pesquisadores do campo nos últimos 30 anos, tendo o mérito de confrontar a abordagem factualista, que via o ensino de História como um mero processo de transmissão de fatos e informações (Idem, p.4).

É importante ressaltar antes de continuarmos as discussões sobre as diferentes versões do currículo de História na BNCC, que a escolha de um passado demonstra uma intencionalidade contida no presente:

[...]uma escolha na infinidade do passado é sempre uma escolha que se faz para a vida no presente – e isso tem tudo de político e de criador. A nossa escolha, portanto, está associada às possibilidades abertas (e delimitadas) por demandas identitárias e políticas, específicas de certos grupos sociais, e mesmo de indivíduos, endereçadas aos documentos e outros resquícios do passado disponíveis e aos conceitos que vão privilegiar esta ou aquela região para se tornar história (Idem, p.5)

O recorte proposto pela primeira versão buscava trazer discussões que fossem pertinentes para a formação de uma narrativa que tratasse a formação da identidade nacional brasileira por meio de uma visão “brasileira”. Desta forma, rompeu com a abordagem eurocêntrica ao dar menos destaque à Europa e ao considerar a América Latina, povos indígenas, negros e a África. Isso significa que não há conteúdos obrigatórios e definitivos na história, pois tudo é passível de problematização. Essa abordagem valoriza o pertencimento e a identidade dos estudantes, aproximando-os de sua própria história. No entanto, perde-se a oportunidade de promover o estranhamento e a alteridade, além da capacidade de aprender com a experiência dos outros, ou seja, do passado como algo diferente do presente (Idem, p.8).

A segunda versão da BNCC para o ensino de história representa um retrocesso em relação à primeira versão. Enquanto a primeira versão enfatizava competências intelectuais e questões teóricas, a segunda versão optou por retornar à lista de conteúdos considerados "clássicos" do ensino de história. Essa abordagem estabelece conteúdos obrigatórios e tidos como "canônicos", sem questionar sua relevância no contexto atual.

Além disso, a segunda versão supõe uma dominância da história europeia, desconsiderando a diversidade de experiências e atores sociais. Ao manter a ênfase eurocêntrica e despolitizada, a BNCC não aborda o papel político da seleção de conteúdos históricos e não ensina sobre a importância de compreender o passado para compreender as disputas sociais e políticas do presente. Apesar de aparentar neutralidade, a segunda versão mantém uma concepção política de história, historicamente forjada com uma aparência de neutralidade (Idem, p.10).

A terceira versão da BNCC para o ensino fundamental, publicada em 2017, adota o modelo curricular de lista de conteúdos. Em relação ao seus conteúdos, ela é criticada por negligenciar as questões de identidades de gênero, orientação sexual, negritude e experiências indígenas. Isso reflete uma visão limitada do ensino de história, que não reconhece a importância da construção de relações de pertencimento e da compreensão da alteridade. A aula de história é percebida como um espaço que não considera historicamente a formação das identidades e a construção da memória nacional, além de não abordar os aspectos conflitivos envolvidos no processo de aprendizagem histórica (Idem, p.16).

De forma mais geral, o panorama introdutório geral das formulações da BNCC de História pode ser considerado como uma trajetória que começou por um bom caminho que fomentava um visão crítica da História, mas que possuía alguns excessos que levavam a um foco muito centrado nas visões e questões brasileiras e não levando em conta a importância da alteridade e estranhamento do processo histórico. As próximas versões, por sua vez, ao invés de trabalharem através da base introduzida pela primeira, caminharam no caminho oposto com diversos retrocesso em relação a abordagem da investigação histórica. Trazendo de volta uma visão eurocêntrica e conteudista que não era capaz de trabalhar o aspecto crítico e da identidade brasileira, completamente “superficializando” questões culturais, raciais e de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de formulação do currículo - principalmente o de História - se configura como um movimento complexo que possui diversas camadas que atuam por baixo de sua aparência superficial. Desde seu início no Brasil, o currículo de História atuou como um meio de consolidar discursos e interesses, desde seu uso para promover uma moral e formação cristã, ao seu uso como um formador de identidade nacional e

cívica. Nos dias de hoje, a questão ainda é persistente. Todo currículo simplesmente pelo ato de escolha e recorte vai apresentar alguma forma de representação de interesse. No entanto, o papel da educação e do currículo é, através do uso da teoria, promover uma desidentificação com as normas dominantes e estabelecer um ambiente reflexivo e crítico. Ao invés disso nos deparamos com uma realidade que repete as mesmas legitimações de séculos atrás.

É evidente que mudanças significativas ocorreram sobre a forma que lidamos com o ensino de História, mas a instrumentalização do currículo como um normalizador dos discursos dominantes é um problema que parece ser persistente durante nossa história. O currículo promove uma transmissão de conteúdos descontextualizados e “desproblematizados” que não levam o aluno a qualquer tipo de reflexão, fazendo com que a História ensinada perca seu potencial messiânico de emancipação (BADE; RICON, 2022), pois sua preocupação reside na formação de alunos com competências e habilidades compatíveis com as exigências do mercado. Desta forma, o estigma da História enquanto uma disciplina conteudista, rigorosamente cronológica focada em memorização ao invés de discussões persiste e cabe a nós a responsabilidade de tirá-la deste lugar.

REFERÊNCIAS

- BADE, L. H. B; RICON, L. C. C. Messianismo benjaminiano e sua relação com a educação em História. RECIMA 21 - Revista Científica Multidisciplinar, v. 3, p. e331221, 2022.
- BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Org.). Políticas Educacionais: Questões e Dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. 288p.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada a história profana. Revista Brasileira de História, v. 13, n. 25-6, p. 193-221, 1993
- BITTENCOURT, C. F. Reflexões sobre o ensino de História. Estudos Avançados, v. 32, n. 93, p. 127–149, maio 2018
- MENDES, Breno. ENSINO DE HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E CURRÍCULO DE HISTÓRIA. Revista TransVersos, [S.l.], n. 18, p. 107-128, abr. 2020.

PEREIRA, N. M., & Rodrigues, M. C. M. (2018). BNCC e o passado prático: Temporalidades e produção de identidades no ensino de história. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 26(107).

RICON, L. C. C. HISTÓRIA E ENSINO: UM ENSAIO A CONTRAPELO. *Boletim do Tempo Presente* vol. 10, n. 02. Fev. 2021. p. 01-09.

RICON, L. C. C. Das Filosofias Positivistas da História à Educação Histórica Conservadora: Comte, Buckle e Durkheim. *REVISTA VIRTUAL EN_FIL - ENCONTROS COM A FILOSOFIA*, v. 8, 2020, p 79-92.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3ª ed.; 8ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. 156p.